

# **Procedimentos do Importador para geração de GARE / GNRE – Importação e Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – CAT

DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – DEAT

SUPERVISÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR – COMEX

## Índice de tópicos

1.	Introdução.....	4
2.	Base Legal para recolhimento do ICMS na importação.....	5
3.	Da geração da GARE, GNRE e Guia para Liberação no sistema de controle de importação da SEFAZ-SP .....	7
4.	Procedimentos para concessão do visto para liberação de mercadorias ou bens importados.....	9
4.1.	GARE/GNRE .....	9
4.2.	Guia para Liberação.....	10
5.	Documentação que o importador deve apresentar ao Posto Fiscal .....	13
5.1.	Guia para Liberação.....	13
5.2.	Caso de pedido de concessão de isenção na importação de mercadoria ou bem ..	14
6.	Procedimento para geração de GARE / GNRE / Guia para Liberação de mercadoria na internet.....	16
6.1.	Acesso à tela inicial.....	16
6.2.	GARE / GNRE .....	20
6.3.	Guia para Liberação.....	27
6.4.	GARE ou GNRE - Modo Declaratório .....	34
6.5.	Guia para Liberação - Modo Declaratório .....	39
7.	Contato com a SEFAZ-SP .....	46

## Índice de telas na internet

Tela 1 – Tela Inicial na internet .....	16
Tela 2 – Tela inicial – Geração de GARE, GNRE e Guia para Liberação .....	17
Tela 3 – Tela inicial – Dados do Importador para geração de GARE / GNRE / Guia para Liberação.....	17
Tela 4 – Tela inicial – Dados do Importador para geração de GARE, GNRE e Guia para Liberação – modo Declaratório .....	18
Tela 5 – GARE / GNRE – Dados da DI.....	20
Tela 6 – GARE / GNRE – Dados da adição.....	21
Tela 7 – GARE / GNRE – Dados da adição.....	21
Tela 8 – GARE / GNRE – Dados da adição.....	23
Tela 9 – GARE / GNRE – Dados gerais da GARE / GNRE.....	24
Tela 10 – GARE / GNRE – Dados gerais da GARE / GNRE.....	24
Tela 11 – GARE – Formulário.....	26
Tela 12 – GNRE – Formulário.....	26
Tela 13 – GARE / GNRE – Ver Situação .....	27
Tela 14 – Guia para Liberação – Dados da DI.....	28
Tela 15 - Guia para Liberação – Consulta adições.....	28
Tela 16- Guia para Liberação – Consulta adições.....	28
Tela 17 – Guia para Liberação – Dados da adição.....	30
Tela 18 - Guia para Liberação - Informações da DI .....	31
Tela 19 - Guia para Liberação - Informações da DI .....	31
Tela 20 - Guia para Liberação – Formulário com visto eletrônico automático .....	32
Tela 21– Guia para Liberação - Formulário sem visto eletrônico automático .....	32
Tela 22 – Guia para Liberação – Ver Situação .....	34
Tela 23 –GARE / GNRE – Opção de documento a ser gerado - Modo Declaratório .....	34
Tela 24 – GARE / GNRE – Valores a recolher - Modo Declaratório.....	35
Tela 25 – GARE / GNRE – Valores a recolher - Modo Declaratório.....	35
Tela 26 – GARE – Formulário - Modo Declaratório .....	36
Tela 27 – GNRE – Formulário - Modo Declaratório .....	36
Tela 28 – GARE - Alteração do Recinto Alfandegado – Modo Declaratório .....	37
Tela 29 – GARE - Alteração do Recinto Alfandegado – Modo Declaratório .....	38
Tela 30 – GARE / GNRE – Ver Situação – Modo Declaratório .....	39
Tela 31 – Guia para Liberação – Informações da DI - Modo Declaratório .....	39
Tela 32 – Guia para Liberação – Informações da DI – Modo Declaratório .....	40

Tela 33 – Guia para Liberação - Informações da DI – Modo Declaratório .....	40
Tela 34 – Guia para Liberação - Informações das adições – Modo Declaratório.....	41
Tela 35 – Guia para Liberação - Informações das adições – Modo Declaratório.....	42
Tela 36 – Guia para Liberação – Visto eletrônico – Modo Declaratório .....	42
Tela 37 - Guia para Liberação – Formulário com visto eletrônico automático – Modo Declaratório .....	43
Tela 38– Guia para Liberação - Formulário sem visto eletrônico automático – Modo Declaratório .....	43
Tela 39– Guia para Liberação – Alterar Recinto Alfandegado – Modo Declaratório.....	45

# **1. Introdução**

O presente roteiro tem por objetivo orientar o importador quanto aos procedimentos a serem adotados no sistema eletrônico de controle de importação para geração de GARE / GNRE e Guia para Liberação de mercadoria importada do exterior.

É importante que o importador esteja ciente dos procedimentos relacionados com a importação disciplinados na Portaria CAT 59/2007. O presente manual fará referências, ao longo de suas instruções, a esta Portaria.

O presente manual focará, além de geração e emissão de GARE / GNRE e Guia para Liberação, procedimentos relacionados a obtenção do visto nos documentos necessários para o desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados.

## **2. Base Legal para recolhimento do ICMS na importação.**

O desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior é fato gerador do ICMS, conforme o disciplinado no artigo 2º, inciso IV do Regulamento do ICMS de 2000 (RICMS/00).

Uma vez ocorrido o fato gerador do imposto, a legislação determina 'quem' (o importador) 'para quem' (o Estado), 'quando' (o momento), 'quanto' (o valor do imposto) e 'como' (o modo) deve ser efetuado o recolhimento do imposto estadual.

Nesta linha, a legislação determina:

- 'Quem': "(...) Pessoa Física ou Jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade (...)" (artigo 155, § 2º, IX, 'a' da Constituição Federal);
- 'Para quem': "O local da operação ou da prestação, para efeito de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de mercadoria ou bem o da situação do estabelecimento onde ocorrer a entrada física da mercadoria ou bem, importados do exterior e desembaraçados" (artigo 36, I, 'f' do RICMS/00);
- 'Quando': "... até o momento do desembaraço aduaneiro, exceto em relação aos contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS detentores de regime especial e desde que o desembaraço ocorra em território paulista" (artigo 115, I, 'a' do RICMS/00);
- 'Quanto':
  - a- "Ressalvados os casos expressamente previstos, a base de cálculo do imposto nas hipóteses do artigo 2º é, quanto ao desembaraço aludido no inciso IV, o valor constante do documento de importação, acrescido do valor dos Impostos de Importação, sobre Produtos Industrializados e sobre Operações de Câmbio, bem como de quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras, observado o disposto nos

§§ 5º e 6º, (...)" (artigo 37, IV do RICMS/00);

- b- "O montante do imposto, inclusive na hipótese do inciso IV do artigo 2º, integra sua própria base de cálculo, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle." (artigo 49 do RICMS/00);
- 'Como': "Além de outras hipóteses expressamente previstas, o débito fiscal será recolhido mediante guia de recolhimentos especiais (...)" (artigo 115, 'caput' do RICMS/00).

Assim, o ICMS na importação deve ser recolhido através de GARE ou GNRE a favor do Estado de São Paulo:

- a- Quando a mercadoria ou bem entrar fisicamente em estabelecimento paulista, inscrito ou não no Cadastro de contribuintes deste Estado, após o desembaraço aduaneiro da mercadoria;
- b- Quando o bem for importado por pessoa física residente neste estado;
- c- Até a ocorrência do fato gerador (desembaraço aduaneiro);
- d- Base de Cálculo é:  $BC = (CIF + II + IPI + PIS + Cofins + Demais Despesas) \div (1 - \text{alíquota\_ICMS})$

$$\text{Valor do ICMS} = BC \times \text{alíquota\_ICMS}$$

A GARE código 120-0 é utilizada quando o importador efetua o desembaraço aduaneiro no Estado de São Paulo, realizando o recolhimento para este Estado.

A GNRE código 10005-6 é utilizada quando o recolhimento é a favor do Estado de São Paulo, porém o desembaraço aduaneiro ocorre em outro Estado.

Caso não seja devido o imposto até o momento do desembaraço aduaneiro, deverá ser emitida Guia para Liberação de mercadoria estrangeira devidamente fundamentada.

### **3. Da geração da GARE, GNRE e Guia para Liberação no sistema de controle de importação da SEFAZ-SP**

A GARE/GNRE e a Guia para Liberação têm por finalidade comprovar ao depositário estabelecido em recinto alfandegado ou à autoridade aduaneira a exigência ou não do recolhimento do imposto até o momento do desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior, em decorrência de hipótese expressamente prevista na legislação.

A geração e a emissão da GARE, GNRE ou Guia para Liberação devem obedecer ao disposto na Portaria CAT 59/2007.

Quando ocorre a importação de mercadoria ou bem do exterior pelo importador, faz-se necessária a geração de pelo menos um dos seguintes documentos:

- a- GARE ou GNRE, no caso de haver recolhimento do imposto;
- b- Guia para Liberação, nos casos previstos na legislação para o não recolhimento do imposto até o momento do desembaraço aduaneiro.

A GARE, GNRE ou Guia para Liberação obrigatoriamente deverão ser geradas pelo importador via internet, no endereço <http://www.fazenda.sp.gov.br>.

Efetuada o registro no sistema, quando for o caso e conforme instruções indicadas nos próximos capítulos, a autoridade fiscal no Posto Fiscal deverá conceder o visto no sistema. No caso específico da Guia para Liberação, deverá visar também o formulário da guia emitido pelo importador.

Uma vez concedido o visto, nos casos previstos em legislação, ou efetuado o recolhimento do imposto devido, o sistema da SEFAZ-SP indicará ao recinto alfandegado que a mercadoria ou bem poderá ser entregue ao importador.

Do mesmo modo, no recinto alfandegado, o depositário deve verificar a autorização ou não da entrega da mercadoria ao importador. No caso de se verificar que a mercadoria ou bem não pode ser entregue, o depositário deverá instruir o importador a procurar o posto fiscal do local do desembaraço aduaneiro, ou o posto fiscal que concedeu o visto na Guia para Liberação para solução de pendências.



## **4. Procedimentos para concessão do visto para liberação de mercadorias ou bens importados**

O importador deve se dirigir ao Posto Fiscal do local do desembaraço aduaneiro ou do local da jurisdição do importador a fim de obter o visto para liberação das mercadorias ou bens, conforme disposto na Portaria CAT 59/2007.

### **4.1. GARE/GNRE**

Em relação ao pagamento por GARE/GNRE, o sistema verifica se ocorreu o recolhimento do imposto devido, mesmo em caso de recolhimento complementar pelo importador, liberando automaticamente a mercadoria ou bem caso o total recolhido esteja de acordo com o cálculo esperado pelo sistema.

No entanto, nos termos do artigo 4º da Portaria CAT 59/2007, as situações abaixo descritas fazem com que o importador se dirija ao Posto Fiscal do local do desembaraço aduaneiro:

- I- Caso o valor recolhido pelo importador divergir dos critérios de apuração utilizados no sistema eletrônico de controle de importação;
- II- Caso o recolhimento pelo importador tenha sido efetuado, porém a sua confirmação não seja efetivada devido a problemas de transmissão de informações entre o agente arrecadador e a Secretaria da Fazenda.
- III- Caso ocorram problemas de transmissão de informações entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Secretaria da Fazenda.

Ocorrendo a situação descrita no item I acima, a autoridade fiscal, antes de conceder o visto eletrônico no sistema, deverá verificar a fundamentação legal utilizada pelo importador quando do cálculo do imposto.

Lembramos que a base de cálculo do ICMS na importação é:

$$BC = (CIF + II + IPI + PIS + Cofins + Demais Despesas) \div (1 - \text{alíquota\_ICMS})$$

$$\text{Valor do ICMS} = \text{BC} \times \text{alíquota\_ICMS}$$

Assim, a título de exemplo, se a alíquota for de 18%,  $(1 - \text{alíquota\_ICMS})$  será igual a 0,82. Se 12% será igual a 0,88.

Ocorrendo a situação descrita no item II acima, a autoridade fiscal deverá inicialmente verificar se o valor recolhido pelo importador está condizente com o valor previsto na legislação. Comprovada a exatidão dos valores, o AFR deverá arrecadar a cópia do comprovante do recolhimento na instituição bancária, carimbar com a informação “*Confere com o original*” e conceder o visto eletrônico no sistema.

Ocorrendo a situação descrita no item III acima, a autoridade fiscal deverá inicialmente verificar se o valor recolhido pelo importador está condizente com as informações contidas no extrato de importação apresentado pelo importador. Comprovada a exatidão dos valores, o AFR deverá conceder o visto eletrônico no sistema.

#### **4.2. Guia para Liberação**

O visto é condição indispensável, em qualquer caso, para liberação da mercadoria ou do bem importados e será concedido mediante a verificação da correta observância da legislação relacionada ao fundamento legal da liberação e o correto preenchimento dos campos da Guia para Liberação.

Em relação à aposição do visto, bem como a destinação das vias da Guia para Liberação, observar as condições estabelecidas na Portaria CAT 59/2007.

Assim sendo, a autoridade fiscal do Posto Fiscal do local do desembarço aduaneiro, situado neste Estado, recepcionará o importador e concederá o visto, se devido, no sistema e no respectivo formulário nos seguintes casos:

- I- Quando o desembarço aduaneiro for promovido por importador paulista, exceto quando tratar-se de utilização de crédito acumulado ou de prévio

reconhecimento de isenção, previstos nos artigos 6 e 16 da Portaria CAT 59/2007;

- II- Quando o desembaraço aduaneiro for promovido por importador de outra unidade federada.

Em relação ao item II acima, vale ressaltar que quando se tratar de liberação decorrente de não-incidência ou isenção previstos em Convênio fica dispensado o visto prévio da UF do importador, nos termos do artigo 11 da Portaria CAT 59/2007.

Observar que, nos casos em que o visto é concedido automaticamente, por meio eletrônico, nos termos do artigo 8º, §5º da Portaria CAT 59/2007, o importador não necessita se dirigir ao Posto Fiscal.

A autoridade fiscal do Posto Fiscal do local da jurisdição do importador o recepcionará e concederá o visto, se devido, no sistema e no respectivo formulário nos seguintes casos:

- I- Quando o desembaraço aduaneiro ocorrer fora do território paulista, em operação amparada por diferimento ou por outra hipótese de não-exigência do recolhimento do imposto. Tratando-se de liberação decorrente de não-incidência ou isenção previsto em Convênio, fica dispensado este visto nos termos do artigo 10 da Portaria CAT 59/2007.
- II- Até 31 de julho de 2008, na hipótese de o desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior por importador paulista ocorrer em ponto de fronteira alfandegado localizado nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos termos do artigo 8º, § 8º da Portaria CAT 59/2007;
- III- Quando o importador, detentor de regime especial de que trata o artigo 78 do RICMS com crédito acumulado legitimamente apropriado em montante igual ou superior ao devido na respectiva operação de importação, utilizá-lo para pagamento do ICMS devido na importação de mercadorias, nos termos dos artigos 6º e 9º da Portaria CAT 59/2007.

Observar que, mesmo que o importador detenha um regime especial diverso

do previsto no artigo 78 do RICMS (com direito a visto eletrônico automático na Guia para Liberação), porém se utilizar de crédito acumulado nos termos do item III acima, ele deverá necessariamente se encaminhar ao Posto Fiscal do local da jurisdição do importador para obter o visto nesta operação.

A autoridade fiscal do Posto Fiscal do local da jurisdição do importador deverá ainda acolher o pedido de reconhecimento de isenção e encaminhar o protocolado ao Senhor Delegado Regional Tributário para a decisão. Na hipótese do reconhecimento da isenção, este procederá à concessão do visto no sistema e no respectivo formulário, observados os procedimentos estabelecidos no capítulo IV da Portaria CAT 59/2007.

## **5. Documentação que o importador deve apresentar ao Posto Fiscal**

### **5.1. Guia para Liberação**

Sempre que o importador comparecer ao Posto Fiscal para obtenção do visto, deverá apresentar, no mínimo, a seguinte documentação:

- I- As vias da Guia para Liberação geradas no sistema;
- II- Comprovante de inscrição estadual, se obrigatória, ou comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, se pessoa jurídica não obrigada à inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, ou comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, se pessoa física;
- III- Extrato da Declaração de Importação – DI;
- IV- Conhecimento de Transporte Internacional - AWB ou BL;
- V- Ato concessório de "drawback" suspensão, com aditivo de prorrogação de prazo, se for o caso;
- VI- Cópia de resposta a consulta formulada à Consultoria Tributária, nos termos dos artigos 510 e seguintes do Regulamento do ICMS, se for o caso;
- VII- Cópia de decisão judicial autorizativa do desembaraço da mercadoria sem exigência do recolhimento do ICMS, se for o caso;
- VIII- Relação dos títulos dos livros, jornais e periódicos importados, se for o caso;
- IX- Comprovação de deferimento do pedido de parcelamento ou de regime especial se for o caso;
- X- Na hipótese de venda de mercadoria pelo Ministério da Fazenda, em leilão ou licitação, o interessado deve apresentar a Declaração de Arrematação – DA (neste caso, é dispensada a documentação dos itens III, IV, V, VII).

A autoridade fiscal poderá solicitar ao importador, além da documentação

acima, outros documentos pertinentes para a concessão do visto na Guia para Liberação, nos termos do artigo 8º, §1º da Portaria CAT 59/2007.

No caso de cancelamento da Guia para Liberação já vistada, a autoridade fiscal deverá apreciar a petição preparada pelo importador solicitando o cancelamento da mesma, nos termos do artigo 15 da Portaria CAT 59/2007.

No caso de Guia para Liberação gerada com algum erro, porém sem visto, o importador poderá acessar o sistema novamente e preenchê-la corretamente.

No entanto, ainda que sem o visto da autoridade fiscal, a Guia para Liberação for gerada indevidamente, quando o correto seria a geração de GARE ou GNRE, o importador deve gerar a GARE ou GNRE, efetuar o pagamento desta e se dirigir ao Posto Fiscal para pedir a inibição da referida Guia para Liberação.

## **5.2.Caso de pedido de concessão de isenção na importação de mercadoria ou bem**

No caso de pedido de isenção na importação de mercadoria ou bem, o importador deverá levar a seguinte documentação ao Posto Fiscal de sua jurisdição:

- I- Petição solicitando o reconhecimento de isenção, nos termos do artigo 17 da Portaria CAT 59/2007;
- II- Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- III- Cópia do Estatuto, se entidade privada;
- IV- Cópia de ata ou de procuração pública que ateste a qualidade de representante legal do importador;
- V- Cópia do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se o benefício for pleiteado por entidade privada, cujo período de validade deve abranger a data de registro da Declaração de Importação;

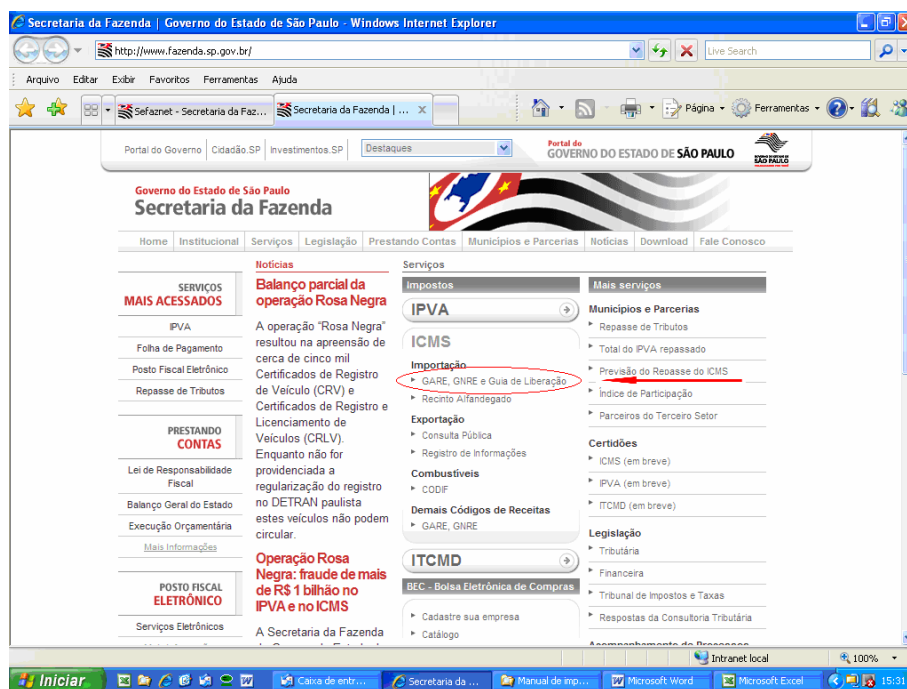
- VI- Declaração do órgão da administração pública direta subordinante que ateste a condição de dependência do órgão subordinado e informe sobre sua finalidade, tratando-se de órgão da administração pública indireta, seja ela federal, estadual ou municipal;
- VII- Extrato da Declaração de Importação - DI;
- VIII- Extrato da Licença de Importação - LI vinculada à DI mencionada no inciso anterior, que contenha a anuência do Departamento de Comércio Exterior - DECEX sobre a inexistência de similar produzido no país, tratando-se de produto destinado a pesquisa científica e tecnológica, importado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq ou por importador por ele credenciado, sob o amparo da Lei federal nº. 8.010/90;
- IX- Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS, gerada e impressa em 3 vias, conforme as instruções constantes do Anexo III da Portaria CAT 59/2007;
- X- Cópia do Conhecimento de Transporte Internacional - AWB ou BL;
- XI- Comprovação de inexistência de similar produzido no país, se não for possível a comprovação pelo documento previsto no inciso VIII.

Em relação à documentação acima mencionada, tais instruções estão disciplinadas nos artigos 17 a 21 da Portaria CAT 59/2007.

## 6. Procedimento para geração de GARE / GNRE / Guia para Liberação de mercadoria na internet

### 6.1. Acesso à tela inicial

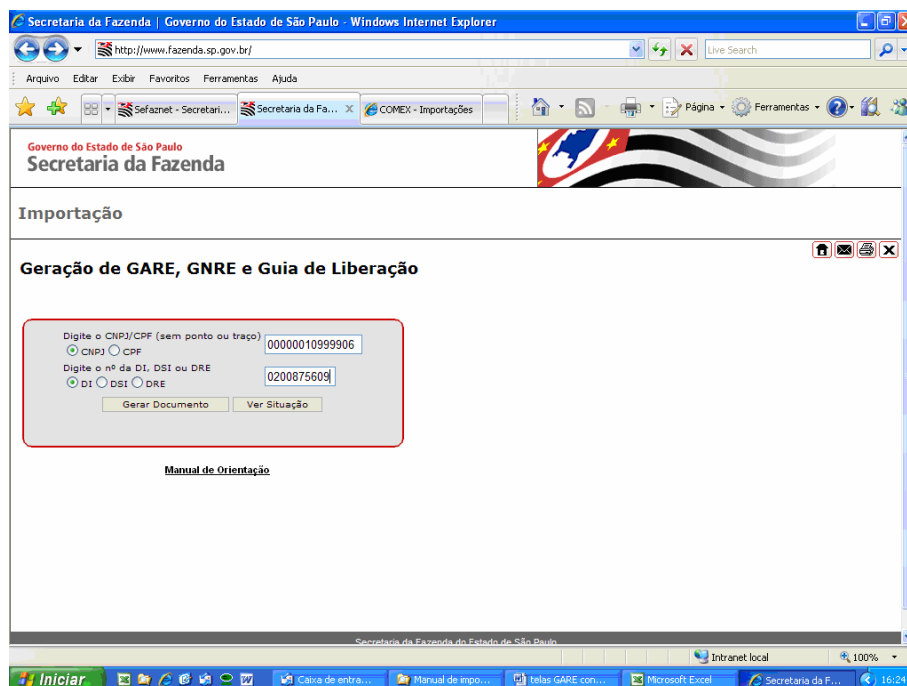
O importador deve acessar o site da SEFAZ/SP na internet no endereço <http://www.fazenda.sp.gov.br>, onde aparecerá a tela 1:



Tela 1 – Tela Inicial na internet

Clicar em *GARE, GNRE e Guia para Liberação*, situado em Serviços, Impostos, ICMS, Importação na tela inicial, visualizando a tela 2:





**Tela 2 – Tela inicial – Geração de GARE, GNRE e Guia para Liberação**

Na tela 2, digitar o n.º do CNPJ ou n.º do CPF do importador e o n.º da DI/DSI ou DRE, sempre clicando na respectiva opção. Após, clicar em *Gerar Documento*, aparecerá a tela 3:

**Tela 3 – Tela inicial – Dados do Importador para geração de GARE / GNRE / Guia para Liberação**

**Importação**

**Dados para Geração de GARE/GNRE/Guia de Liberação**

**Importador:**  
 CNPJ: 11222333000157 DI: 0712345678  
 Nome: Importador Teste

☒ Contribuinte inscrito em SP  
☐ Contribuinte sem inscrição em SP ou Produtor Rural

IE: 123456789123 CNAE: 1234

Endereço: Rua Teste

Bairro/Distrito: Ym Município: São Paulo

CEP: 01234567 SP (DDD) Telefone: 11 12341234

E-Mail: teste@teste.com.br

Data de Vencimento(dd/mm/aaaa): 01/06/2007  
 Referência (mm/aaaa): 06/2007

Se: Continuar

Nos termos do Artigo 37 do RICMS/00, DEVERÃO SER INCLuíDOS NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS: o Imposto de Importação, o Imposto Sobre Produtos Industrializados, o Imposto Sobre Operações de Câmbio, bem como, quaisquer outros impostos, Taxas, Contribuições e demais Despesas Aduaneiras (tais como: Diferença de Peso, Classificação Fiscal e Multas por infração).  
 Nota: A partir de 01/05/2004, nos termos da LEI Nº 10.865, o PIS/COFINS passou a integrar a base de cálculo do ICMS.

**Tela 4 – Tela inicial – Dados do Importador para geração de GARE, GNRE e Guia para Liberação – modo Declaratório**

A partir deste ponto, haverá distinção entre as telas, uma vez que as guias podem ser geradas em alguns casos no modo declaratório.

Normalmente, a geração das guias pelo importador ocorre depois que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) enviou as informações da Declaração de Importação (DI) aos sistemas da SEFAZ-SP. Neste caso, as informações pertinentes da DI, como data de vencimento (data do desembaraço), dados das adições da DI, recinto alfandegado, já serão mostradas nas telas seguintes, sem que o contribuinte possa alterar.

Excepcionalmente, a geração de guias pode ocorrer no modo declaratório, ou seja, sem que a RFB tenha enviado as informações da Declaração de Importação (DI) aos sistemas da SEFAZ-SP. Neste caso, o importador informa todos os valores que estão registrados na DI.

Vale ressaltar que a entrega das mercadorias pelo recinto alfandegado somente será autorizada quando a RFB enviar as informações da DI para a SEFAZ-SP e esta realizar os confrontos necessários das informações

declaradas pelo importador.

Observar que, atualmente, a RFB encaminha os dados das DIs à SEFAZ-SP por lote, num intervalo de 3 horas.

Nas telas 3 e 4, o importador deverá preencher os campos com seus dados: nome, indicar se é contribuinte ou não (se sim, digitar a I.E. e o CNAE), endereço, bairro/distrito, município, CEP, e-mail e data de referência e demais despesas.

Em relação à data de vencimento, conforme o descrito no capítulo 2, ressaltamos que esta é a data do desembaraço aduaneiro da mercadoria ou bem.

Uma vez que houve o envio dos dados da DI pela RFB para a SEFAZ-SP, a data de vencimento já é conhecida e o importador não poderá alterá-la, conforme a tela 3.

No entanto, no caso do preenchimento em modo declaratório (tela 4), como a RFB ainda não enviou os dados da DI, ou seja, ainda não houve o desembaraço aduaneiro, a data poderá ser preenchida pelo importador. Nota-se, contudo que, havendo o desembaraço aduaneiro, esta será a data do fato gerador e, portanto prazo limite para efetuar o recolhimento sem multa e juros de mora.

Vale ressaltar que, caso o importador já tenha realizado alguma operação de importação anteriormente, a maioria dos dados já constarão das telas 3 ou 4, visto que constam dos bancos de dados da SEFAZ-SP (exemplo: I.E., endereço, e-mail, etc.).

A partir deste ponto, há grande diferença das telas, caso a guia esteja sendo feita em modo declaratório. Desta forma, para efeitos didáticos, dividiremos a continuação da explicação em tópicos distintos.

## 6.2. GARE / GNRE

Após inserir as informações na tela 3, a seguinte tela (Tela 5) será:

**Importador**

Nome: Importador Teste  
CNPJ: 11222333000157  
IE: 123456789123  
DI: 0712345678

Adição	NCM	Tributado	BC ICMS	CIF(R\$)	II	IPI	PIS	COFINS	Outros Tributos	Demais Despesas	Aliq. ICMS (%)	Valor ICMS Devido (R\$)
<a href="#">Editar</a>	001	87032410	S	250.689,36	135.565,47	47447,9	45753,34	3.772,87	18.109,78	40,00	0,00	55.020,59

Outros Tributos = Taxa Siscomex (rateio) + CIDE (rateio)  
Demais Despesas = Multa e Juros (rateio) + Valor anti-dumping ou salvaguarda a recolher

[Sair](#) [GARE](#)

Tela 5 – GARE / GNRE – Dados da DI

Na tela 5, clicar em *Editar*, se necessário, para as adições que deverão ter recolhimento, onde aparecerão as tela 6 e 7 (continuação uma da outra) abaixo:

**Importação**

**Geração de GARE, GNRE e Guia de Liberação**

**Importador**

Nome: Importador Teste  
CNPJ: 11222333000157  
DI: 0712345678

**Adição: 001 NCM: 87032410**

Preencher os campos abaixo apenas quando for gerar uma Guia de Liberação

Tributado	Tipo
<input type="checkbox"/> Não Tributado	Drawback
	Detalhamento da Fundamentação:
	Outros
	Valor VMCV da adição
	Fundamento Legal da Exoneração

Preencher os campos abaixo apenas quando for gerar uma GARE ou GNRE

Aliquota Sugerida	Nova Aliquota
ICMS: 18,00%	18,00
	Fundamento Legal para Alteração da Aliquota

Concluído

**Tela 6 – GARE / GNRE – Dados da adição**

**Drawback**

Detalhamento da Fundamentação:

Outros

Valor VMCV da adição

Fundamento Legal da Exoneração

Preencher os campos abaixo apenas quando for gerar uma GARE ou GNRE

Aliquota Sugerida	Nova Aliquota
ICMS: 18,00%	18,00
	Fundamento Legal para Alteração da Aliquota

teste

Redução BC: 0%

Fundamento Legal para redução da Base de Cálculo

Valor (R\$)

PIS (R\$): 3.772,87

COFINS (R\$): 18.109,78

Valor da Base de Cálculo desta Adição: 250.689,36

Valor do ICMS Devido: 55.020,59

Voltar

Calcular

Salvar

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo  
Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP - CEP 01017-911 - PABX (11)3243-3400

Concluído

**Tela 7 – GARE / GNRE – Dados da adição**

Nas telas 6 e 7, o importador deverá preencher os campos indicados, no quadro “*Preencher os campos abaixo apenas quando for gerar uma GARE ou GNRE*”. Estes campos estão relacionados à alíquota do ICMS e a redução da base de cálculo (se for o caso). O valor do PIS e da Cofins é o constante nas informações da DI enviada pela RFB.

Observa-se que, uma vez que a RFB já enviou as informações da DI à SEFAZ-SP, o sistema, após a análise destes dados, identifica a alíquota que deve ser utilizada para o cálculo do imposto devido. No entanto, se o importador assinalar uma alíquota diversa e assim efetuar o recolhimento, será necessário o comparecimento ao Posto Fiscal, conforme o disposto no item 4.1 acima.

No exemplo aqui disposto, consideramos uma DI com apenas uma adição, a título de simplificação. Assim sendo, no fim da tela 7, aparecem apenas os ícones, *Voltar*, *Calcular* e *Salvar*.

Se houvesse mais adições, ao final da tela 7, haveria, além dos ícones acima citados, os ícones *Adição Anterior* e *Próxima Adição*. Os ícones acima indicados têm as seguintes funções:

- Voltar: retorna a tela 5, com as informações extras, se for o caso (tela 8);
- Calcular: calcula o ICMS devido na respectiva adição, considerando os valores preenchidos (alíquota do ICMS, a redução da base de cálculo (se for o caso), e os valores de PIS e Cofins);
- Salvar: calcula e grava o ICMS devido e já traz a adição seguinte para preenchimento;
- Adição Anterior: retorna a adição anterior, sem gravar os valores preenchidos e consequentemente sem gravar o ICMS devido;
- Próxima Adição: traz a próxima adição, sem gravar os valores preenchidos e consequentemente sem gravar o ICMS devido;

Assim sendo, depois do importador calcular e gravar todas as adições que devem ter o ICMS recolhido por GARE / GNRE, deverá visualizar a tela 8 abaixo:

**Importação**

**Dados para Geração de GARE/GNRE/Guia de Liberação**

**Importador**

Nome: Importador Teste  
 CNPJ: 11.222.333/000157  
 IE: 123456789123  
 DI: 0712345678

Adição	NCM	Tributado	BC ICMS	CIF(R\$)	II	IPI	PIS	COFINS	Outros Tributos	Demais Despesas	Alíq. Tributos Despesas ICMS (%)	Valor ICMS Devido (R\$)
001	87032410	S	250.689,36	135.565,47	47447,9	45753,34	3.772,87	18.109,78	40,00	0,00	18,00	55.020,59

Outros Tributos = Taxa Siscomex (rateio) + CIDE (rateio)  
 Demais Despesas = Multa e Juros (rateio) + Valor anti-dumping ou salvaguarda a recolher

Sair GARE

**Tela 8 – GARE / GNRE – Dados da adição**

Vale ressaltar que o valor ‘Outros Tributos’, envolve a taxa Siscomex considerando uma média ponderada pelo valor CIF. E o valor ‘Demais Despesas’ envolve a multa e juros (considerando uma média ponderada pelo valor CIF) e o valor anti-dumping ou salvaguarda a recolher para cada adição.

Portanto, na tela 8, todas as adições em que deverá haver o recolhimento por meio de GARE / GNRE deverão ter o campo “Valor ICMS Devido (R\$)” com o valor preenchido. Deste modo, pressionando o ícone GARE (ou GNRE), esta guia será gerada somando-se todos os valores de ICMS destas adições.

Pressionando o ícone GARE (ou GNRE), teremos as telas 9 e 10:

Controle de Importações - Windows Internet Explorer

http://www.fazenda.sp.gov.br

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Controle de Importações

Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria da Fazenda

## Importação

Geração de GARE

Preencha os campos abaixo

Nome: Contribuinte Teste  
CNPJ: 11222333000157

☒ Contribuinte inscrito em SP  
☐ Contribuinte sem inscrição em SP ou Produtor Rural

IE(1): 123456789123 CNAE: 1234

Endereço(\*): Rua Teste  
Bairro/Distrito(\*): vm Município(\*): São Paulo  
CEP(\*): 01234567 UF(\*): SP (DDD)Telefone(\*): (11)12341234  
E-mail para contato: teste@teste.com.br

Observações:

Data de Vencimento(\*): 07/06/2007  
Código da Receita: 120-0  
Referência (mês/ano)(\*): 06/2007  
Nº da DI(\*): 0712345678  
Recinto Alfandegado(\*): 8943204 - EMBRAGEN - EMP. BRAS. DE ARMAS, GERAIS E E

Concluído

Tela 9 – GARE / GNRE – Dados gerais da GARE / GNRE

Controle de Importações - Windows Internet Explorer

http://www.fazenda.sp.gov.br

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Controle de Importações

CEP(\*): 01234567 UF(\*): SP (DDD)Telefone(\*): (11)12341234  
E-mail para contato: teste@teste.com.br

Observações:

Data de Vencimento(\*): 07/06/2007  
Código da Receita: 120-0  
Referência (mês/ano)(\*): 06/2007  
Nº da DI(\*): 0712345678  
Recinto Alfandegado(\*): 8943204 - EMBRAGEN - EMP. BRAS. DE ARMAS, GERAIS E E

Tipo da GARE: ☒ Normal ☐ Complementar

Valor Recolhido  
Valor da Receita (Nominal ou Corrigida):  
Juros de Mora:  
Multa de Mora ou Por Infração (Nominal ou Corrigida):

Adições

Adição	NCM	Valor CIF	ICMS (%)	Redução BC ICMS (%)	PIS	COFINS	Valor Devido
001	87032410	135.565,47	18,00	0,00	3.772,87	18.109,78	55.020,59

Sair Voltar Gera GARE

(\*) campos de preenchimento obrigatório  
(1) obrigatório para contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo  
Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP - CEP.01017-911 - PABX (11)3243-3400

Concluído

Tela 10 – GARE / GNRE – Dados gerais da GARE / GNRE

O importador deverá preencher os campos nas telas 9 e 10. Atentar para os campos relativos a juros de mora (se for o caso) e multa de mora ou por infração (se for o caso).

Observar que existe o campo 'Tipo de GARE' (ou GNRE): normal ou



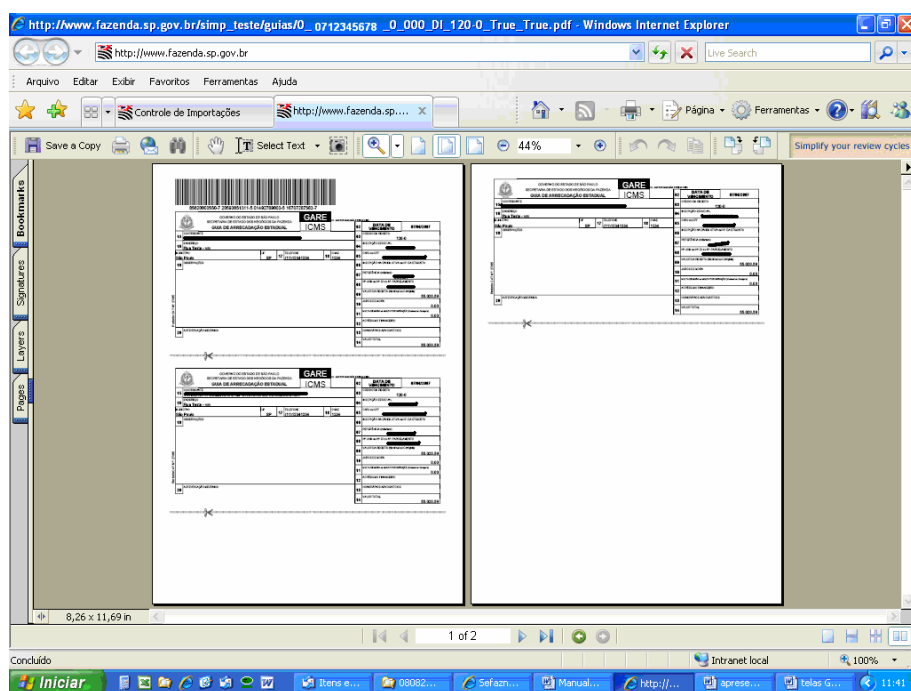
complementar.

A GARE / GNRE normal é o primeiro recolhimento feito pelo importador. Até antes deste recolhimento, apenas esta opção é disponível, mesmo que o importador imprima a GARE / GNRE e depois seja necessário entrar no sistema novamente para corrigir/alterar os dados da GARE / GNRE anteriormente gravados e imprimir a nova guia.

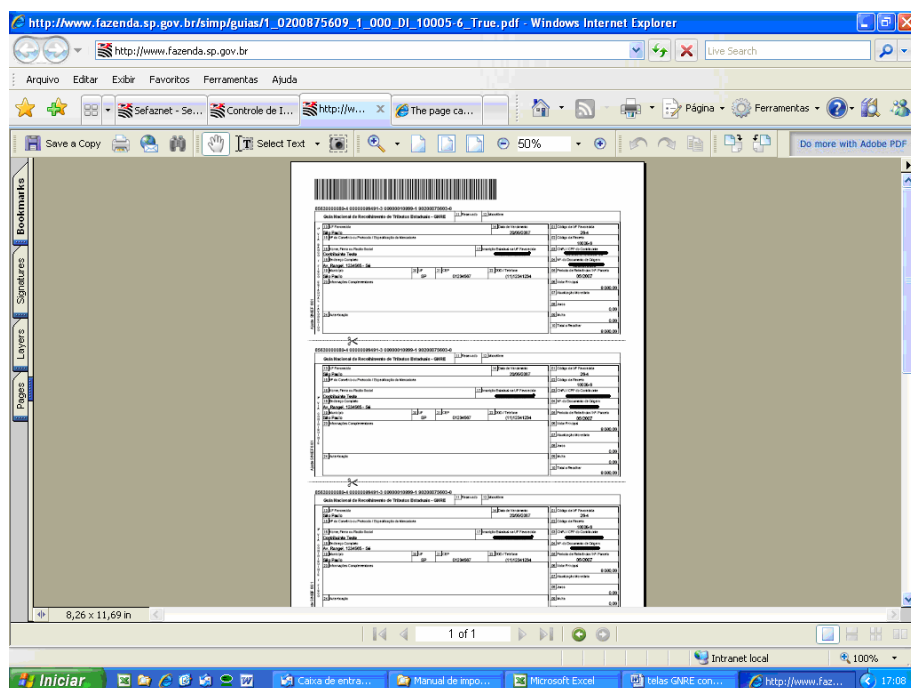
Uma vez efetuado o recolhimento, apenas a GARE / GNRE complementar poderá ser gerada. Esta situação pode ocorrer caso o primeiro recolhimento tenha sido feito a menor, necessitando ainda um pagamento adicional, como, por exemplo, juros e multa de mora devidos e que não foram considerados anteriormente na GARE / GNRE normal.

Atentar para a geração de GAREs complementares: a geração indevida de várias GAREs complementares sem o correspondente recolhimento do imposto ocasionará a não autorização de entrega da mercadoria pelo recinto alfandegado. Para resolver esta pendência, o importador deve dirigir-se ao competente Posto Fiscal.

Feitos os devidos preenchimentos, clicar em *Gera GARE (ou GNRE)* para que a GARE ou GNRE (formulário) seja emitida, conforme as telas 11 e 12 respectivamente:



**Tela 11 – GARE – Formulário**



**Tela 12 – GNRE – Formulário**

Uma vez gerada a GARE/GNRE, o importador poderá verificar no sistema qual a situação da respectiva DI. Para tal, seguir os passos das telas 1 e 2 acima, e clicar no ícone *Ver Situação*. A tela 13 abaixo mostrará a situação da operação que poderá ser, por exemplo: dirigir-se ao Posto Fiscal, dirigir-se ao recinto alfandegado para retirar a mercadoria, efetuar recolhimento complementar, etc.



Tela 13 – GARE / GNRE – Ver Situação

### 6.3. Guia para Liberação

No caso de Guia para Liberação, após inserir as informações na tela 3, a seguinte tela (Tela 14) será:



## Tela 14 – Guia para Liberação – Dados da DI

Da tela 14, clicar em *Editar* para as adições que não terão recolhimento até o momento do desembaraço aduaneiro, onde aparecerão as tela 15 e 16 (continuação uma da outra) abaixo:

## Tela 15 - Guia para Liberação – Consulta adições

## Tela 16- Guia para Liberação – Consulta adições

Nas telas 15 e 16, o importador deverá marcar a opção “*Não Tributado*”, indicar o motivo/tipo (drawback, regime especial, diferimento, isenção, não incidência ou outros – decisão judicial, reimportação de exportação temporária sem valor acrescido, parcelamento, ou especificar outro tipo), especificar o detalhamento da fundamentação e preencher o valor VMCV (Valor da Mercadoria na Condição de Venda) da adição. Deverá também preencher o campo de “*Fundamento Legal da Exoneração*” como, por exemplo, o n.º do processo do regime especial, a lei, o artigo que regula o diferimento, etc.

Os campos do quadro “*Preencher os campos abaixo apenas quando for gerar uma GARE ou GNRE*” não devem ser preenchidos.

No exemplo aqui disposto, consideramos uma DI com apenas uma adição, a título de simplificação. Assim sendo, no fim da tela 16, aparecem apenas os ícones, *Voltar*, *Calcular* e *Salvar*.

- Se houvesse mais adições, ao final da tela 16, haveria, além dos ícones acima citados, os ícones *Adição Anterior* e *Próxima Adição*. As funções dos ícones estão dispostas às folhas 22.

Assim sendo, depois do importador inserir todas as informações pertinentes das adições, deverá retornar a tela 17 abaixo:

**Importador**  
 Nome: Importador Teste  
 CNPJ: 11.222.333/0001-57 IE: 123456789123  
 DI: 0712345678

Adição	NCM	Tributado	BC ICMS	CIF (R\$)	II IPI	PIS	COFINS	Outros Tributos	Demais Despesas	Aliq. ICMS (%)	Valor ICMS Devido (R\$)
001	19012000	N	15.767,73	13.988,88	0	0.310,17	1.428,68	40,00	0,00		

Outros Tributos = Taxa Siscomex (rateio) + CIDE (rateio)  
 Demais Despesas = Multa e Juros (rateio) + Valor anti-dumping ou salvaguarda a recolher

Sair GARE Guia de Liberação

**Tela 17 – Guia para Liberação – Dados da adição**

Se houver mais adições, podem existir situações em que o importador deverá efetuar o recolhimento para algumas adições por meio de GARE e outras adições seriam liberadas por meio de Guia para Liberação.

Depois de tratadas todas as adições, aquelas não tributadas até o momento do desembaraço aduaneiro deverão ter o campo “Valor ICMS Devido (R\$)” em branco (sem preenchimento).

Assim, pressionando o ícone *Guia para Liberação*, teremos as telas 18 e 19:

Control de Importação - Windows Internet Explorer

http://www.fazenda.sp.gov.br

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Control de Importação

Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria da Fazenda

## Importação

Geração de Guia de Liberação

<b>Importador</b> Nome: Importador Teste CNPJ: 11222333000157 <input type="radio"/> Contribuinte inscrito em SP <input type="radio"/> Contribuinte sem inscrição em SP ou Produtor Rural IE: 123456789123 CNAE: 1 Endereço: Rua Teste Bairro/Distrito: vm Município: São Paulo CEP: 01234567 UF: SP (DDD) Telefone: (11)12341234	
<b>Declaração de Importação</b> Nº da DI: 0707892494 Data de Desembarço(*): 19062007 Valor CIF(VMLD)(*) R\$: 6,58 UF DE DESEMBARÇO(*): SP Data do registro da Declaração no SISCOMEX(*): 01/06/2007 UF DESEMBARQUE(*): SP Local de Desembarço Aduaneiro(*): 8931304 - TERMAES - TERMINAIS ESPECIALIZADOS LTDA	
<b>Representante Legal ou Procurador</b> Nome(*): Representante TESTE CPF(*): 33333333333 Endereço(*): R. Pestana, 987654 Bairro/Distrito(*): Município(*):	

Concluído

92%

Tela 18 - Guia para Liberação - Informações da DI

Control de Importação - Windows Internet Explorer

http://www.fazenda.sp.gov.br

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Control de Importação

Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria da Fazenda

## Importação

Geração de Guia de Liberação

<b>Importador</b> Nome: Importador Teste CNPJ: 11222333000157 <input type="radio"/> Contribuinte inscrito em SP <input type="radio"/> Contribuinte sem inscrição em SP ou Produtor Rural IE: 123456789123 CNAE: 1 Endereço: Rua Teste Bairro/Distrito: vm Município: São Paulo CEP: 01234567 UF: SP (DDD) Telefone: (11)12341234	
<b>Declaração de Importação</b> Nº da DI: 0712345678 Data de Desembarço(*): 19062007 Valor CIF(VMLD)(*) R\$: 6,58 UF DE DESEMBARÇO(*): SP Data do registro da Declaração no SISCOMEX(*): 01/06/2007 UF DESEMBARQUE(*): SP Local de Desembarço Aduaneiro(*): 8931304 - TERMAES - TERMINAIS ESPECIALIZADOS LTDA	
<b>Representante Legal ou Procurador</b> Nome(*): Representante TESTE CPF(*): 33333333333 Endereço(*): R. Pestana, 987654 Bairro/Distrito(*): vm Município(*): São Paulo CEP(*): 01232222 UF(*): SP (DDD) Telefone(*): (11)12345678	

Sair Voltar Gera Guia

(\*) campos de preenchimento obrigatório  
(1) obrigatório para contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo  
Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP - CEP.01017-911 - PABX (11)3243-3400

100%

Tela 19 - Guia para Liberação - Informações da DI

Nas telas 18 e 19, o importador deverá informar o valor CIF (VMLD - Valor da Mercadoria no Local de Desembarque) total da DI (mesmo no caso em que existam adições tributadas e outras não). Informar também a data do registro da DI no SISCOMEX e as informações relativas ao representante legal ou procurador.

Feitos os preenchimentos, clicar em *Gera Guia*, onde aparecerá a tela 20 ou 21 com o formulário da Guia para Liberação.

The screenshot shows the 'Guia para Liberação' form in 'Tela 20' mode. The form is titled 'GUIA PARA LIBERAÇÃO DE MERCADORIA ESTRANGEIRA SEM COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO ICMS'. It contains several sections for data entry, including '1. SECRETARIA DE FAZENDAS DE ORIGEM', '2. IMPORTADOR', '3. DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO', '4. PROPOSTA PARA RECOLHIMENTO DO ICMS', '5. DADOS GERAIS DO FISCAL DO ICMS', '6. DADOS GERAIS DO FISCAL DO ICMS', '7. OBSERVAÇÕES DO FISCAL', and '8. OBSERVAÇÕES DO FISCAL'. The form is filled with data, and the status is 'Com visto eletrônico automático'. Red arrows point to the status field in two locations.

Tela 20 - Guia para Liberação – Formulário com visto eletrônico automático

The screenshot shows the 'Guia para Liberação' form in 'Tela 21' mode. The form is titled 'GUIA PARA LIBERAÇÃO DE MERCADORIA ESTRANGEIRA SEM COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO ICMS'. It contains several sections for data entry, including '1. SECRETARIA DE FAZENDAS DE ORIGEM', '2. IMPORTADOR', '3. DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO', '4. PROPOSTA PARA RECOLHIMENTO DO ICMS', '5. DADOS GERAIS DO FISCAL DO ICMS', '6. DADOS GERAIS DO FISCAL DO ICMS', '7. OBSERVAÇÕES DO FISCAL', and '8. OBSERVAÇÕES DO FISCAL'. The form is filled with data, and the status is 'Sem visto eletrônico automático'. Red arrows point to the status field in two locations.

Tela 21– Guia para Liberação - Formulário sem visto eletrônico automático



Conforme as informações da(s) adição(ões) advindas da RFB e o tratamento tributário inserido pelo importador anteriormente, o sistema verifica se existe a possibilidade ou não de conceder um visto eletrônico automático conforme o previsto artigo 8º, §§ 5º a 7º da Portaria CAT 59/2007.

Assim, se for possível a concessão do visto eletrônico, o formulário da Guia para Liberação terá o formato conforme a tela 20 acima.

Observa-se que caso o importador gere a Guia para Liberação com o visto eletrônico, não é necessário se dirigir ao Posto Fiscal, podendo se dirigir, com os documentos em mãos, ao recinto alfandegado para a retirada da mercadoria.

Por outro lado, se o sistema verificar que ao menos uma das adições não tem a possibilidade de ter o visto eletrônico, ao clicar em *Gerar Guia* na tela 19, aparecerá a tela 21 (Guia para Liberação sem visto eletrônico).

Assim, com o formulário preenchido da Guia para Liberação sem visto eletrônico em mãos, o importador deve seguir as instruções do capítulo 4.2 e 5.2 acima.

Os capítulos 4.2 e 5.2 acima descrevem como proceder com relação à Guia para Liberação, indicando quando o visto deve ser concedido e qual Posto Fiscal deverá vistá-lo. Tais procedimentos estão disciplinados na Portaria CAT 59/2007, nos artigos 8º a 12º.

Uma vez gerada a Guia para Liberação, o importador poderá verificar no sistema qual a situação da respectiva DI. Para tal, seguir os passos das telas 1 e 2 acima, e clicar no ícone *Ver Situação*. A tela 22 abaixo mostrará a situação da operação que poderá ser, por exemplo: dirigir-se ao posto Fiscal, dirigir-se ao recinto alfandegado para retirar a mercadoria.



Tela 22 – Guia para Liberação – Ver Situação

## 6.4. GARE ou GNRE - Modo Declaratório

Após inserir as informações na tela 4, a seguinte tela (Tela 23) será:



Tela 23 –GARE / GNRE – Opção de documento a ser gerado - Modo Declaratório

Da tela 23, clicar em *GARE* ou *GNRE* (conforme o capítulo 2), onde aparecerão as tela 24 e 25 (continuação uma da outra) abaixo:

**Controle de Importações - Windows Internet Explorer**

http://www.fazenda.sp.gov.br

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Controle de Importações

Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria da Fazenda

## Importação

### Geração de GARE

Preencha os campos abaixo

Nome: Importador Teste  
CNPJ: 11222333000157

☒ Contribuinte inscrito em SP  
☐ Contribuinte sem inscrição em SP ou Produtor Rural

IE(1): 123456789123 CNAE: 1234

Endereço(\*): Rua Teste  
Bairro/Distrito(\*): vm Município(\*): São Paulo  
CEP(\*): 01234567 UF(\*): SP (DDD)Telefone(\*): (11)12341234  
E-mail para contato: teste@teste.com.br

Observações:  
teste

Data de Vencimento(\*): 01/06/2007  
Código da Receita: 120-0  
Referência (mês/ano)(\*): 06/2007  
Nº da DI(\*): 0712345678  
Recinto Alfandegado(\*): 8923202 - LIBRAPORT CAMPINAS S/A

Concluído

Iniciar

Tela 24 – GARE / GNRE – Valores a recolher - Modo Declaratório

**Controle de Importações - Windows Internet Explorer**

http://www.fazenda.sp.gov.br

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Controle de Importações

Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria da Fazenda

## Importação

### Geração de GARE

Preencha os campos abaixo

Nome: Importador Teste  
CNPJ: 11222333000157

☒ Contribuinte inscrito em SP  
☐ Contribuinte sem inscrição em SP ou Produtor Rural

IE(1): 123456789123 CNAE: 1234

Endereço(\*): Rua Teste  
Bairro/Distrito(\*): vm Município(\*): São Paulo  
CEP(\*): 01234567 UF(\*): SP (DDD)Telefone(\*): (11)12341234  
E-mail para contato: teste@teste.com.br

Observações:  
teste

Data de Vencimento(\*): 01/06/2007  
Código da Receita: 120-0  
Referência (mês/ano)(\*): 06/2007  
Nº da DI(\*): 0712345678  
Recinto Alfandegado(\*): 8923202 - LIBRAPORT CAMPINAS S/A

Tipo da Gare: ☒ Normal ☐ Complementar

Valor Recolhido: 0,00  
Valor da Receita (Nominal ou Corrigida): 56,00  
Juros de Mora:  
Multa de Mora ou Por Infração  
(Nominal ou Corrigida):  
Adições

Sair Voltar Gera GARE

(\*) campos de preenchimento obrigatório  
(1) obrigatório para contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo  
Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP - CEP: 01017-911 - PABX (11)3243-3400

Concluído

Iniciar

Tela 25 – GARE / GNRE – Valores a recolher - Modo Declaratório

Nas telas 24 e 25, o importador deverá preencher os campos necessários, inclusive selecionando o recinto alfandegado. Atentar para o preenchimento

dos campos relativos a valor da receita (imposto a recolher), juros de mora (se for o caso) e multa de mora ou por infração (se for o caso).

Feitos os devidos preenchimentos, clicar em *Gera GARE* (ou *Gera GNRE*) para que o documento seja emitido, conforme a tela 26 ou 27, respectivamente:

**Tela 26 – GARE – Formulário - Modo Declaratório**

**Tela 27 – GNRE – Formulário - Modo Declaratório**

O importador poderá, se necessário, alterar o recinto alfandegado, antes da retirada da mercadoria. Para isso, acessando novamente o sistema e passando pelas telas 1, 2 e 4, aparecerá a tela 28:



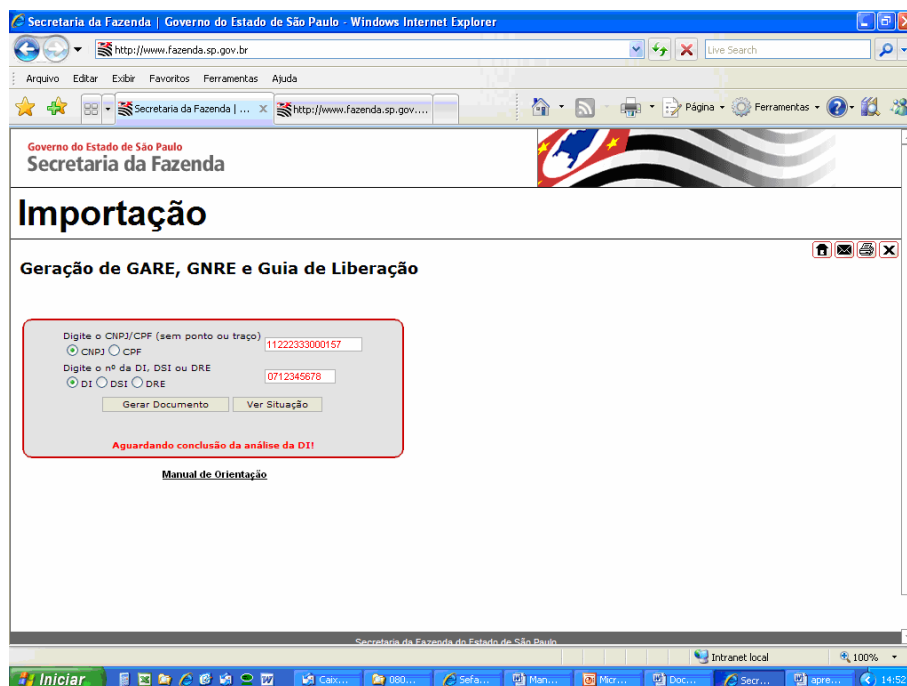
**Tela 28 – GARE - Alteração do Recinto Alfandegado – Modo Declaratório**

Note que, em relação à tela 23, a tela 28 traz o ícone 'Corrigir Recinto'. Clicando nesta opção, aparecerá a tela 29:



**Tela 29 – GARE - Alteração do Recinto Alfandegado – Modo Declaratório**

Uma vez gerada a GARE/GNRE, o importador poderá verificar no sistema qual a situação da respectiva DI. Para tal, seguir os passos das telas 1 e 2 acima, e clicar no ícone *Ver Situação*. A tela 30 abaixo mostrará a situação da operação que poderá ser, por exemplo: aguardar a conclusão da análise da DI (caso em que ainda está sendo analisada a informação fornecida pelo importador com as informações da DI advindas da RFB), dirigir-se ao posto Fiscal, dirigir-se ao recinto alfandegado para retirar a mercadoria, efetuar recolhimento complementar, etc.



Tela 30 – GARE / GNRE – Ver Situação – Modo Declaratório

## 6.5. Guia para Liberação - Modo Declaratório

Após inserir as informações na tela 4, a seguinte tela (Tela 31) será:



Tela 31 – Guia para Liberação – Informações da DI - Modo Declaratório

Da tela 31, clicar em *Guia para Liberação*, onde aparecerão as telas 32 e 33 (continuação uma da outra) abaixo:

**Control de Importação - Windows Internet Explorer**  
 http://www.fazenda.sp.gov.br

**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria da Fazenda**

## Importação

### Geração de Guia de Liberação

Importador	
Nome: Importador Teste	
CNPJ: 11222333000157	
<input checked="" type="radio"/> Contribuinte inscrito em SP <input type="radio"/> Contribuinte sem inscrição em SP ou Produtor Rural	
IE: 123456789123	CNAE: 1234
Endereço: Rua Teste	
Bairro/Distrito: vm	Município: São Paulo
CEP: 01234567UF: SP	(DDD)Telefone: (11)12341234

Declaração de Importação	
Nº da DI: 0712345678	Data de Desembaraço(*): 01/06/2007
Valor CIF(VMLD)(*) R\$: 58,74	UF DE DESEMBARQUE(*): SP
Data do registro da Declaração no SISCOMEX(*): 01/06/2007	UF DESEMBARQUE(*): SP
Local de Desembaraço Aduaneiro(*): 8911101 - INFRAERO-CUMBICA - EMP. BRAS. DE INFRA-ESTRUT. A	

Representante Legal ou Procurador	
Nome(*): Representante TESTE	

Concluído

**Tela 32 – Guia para Liberação – Informações da DI – Modo Declaratório**

**Control de Importação - Windows Internet Explorer**  
 http://www.fazenda.sp.gov.br

☒ Contribuinte inscrito em SP  
☐ Contribuinte sem inscrição em SP ou Produtor Rural

IE: 123456789123 CNAE: 1234

Endereço: Rua Teste

Bairro/Distrito: vm Município: São Paulo

CEP: 01234567UF: SP (DDD)Telefone: (11)12341234

Declaração de Importação	
Nº da DI: 0712345678	Data de Desembaraço(*): 01/06/2007
Valor CIF(VMLD)(*) R\$: 58,74	UF DE DESEMBARQUE(*): SP
Data do registro da Declaração no SISCOMEX(*): 01/06/2007	UF DESEMBARQUE(*): SP
Local de Desembaraço Aduaneiro(*): 8911101 - INFRAERO-CUMBICA - EMP. BRAS. DE INFRA-ESTRUT. A	

Representante Legal ou Procurador	
Nome(*): Representante TESTE	
CPF(*): 33333333333	
Endereço(*): R. Pestana, 987654	
Bairro/Distrito(*): vm	Município(*): São Paulo
CEP(*): 01232222 UF(*): SP	(DDD)Telefone(*): (11)12345678

Sair Voltar Gera Guia

(\*) campos de preenchimento obrigatório  
 (1) obrigatório para contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo  
 Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP - CEP 01017-911 - PABX (11)3243-3400

Concluído

**Tela 33 – Guia para Liberação - Informações da DI – Modo Declaratório**



Nas telas 32 e 33, o importador deverá informar o valor CIF (VMLD - Valor da Mercadoria no Local de Desembarque) total da DI (mesmo no caso em que existam outras adições tributadas). Informar também a data do registro da DI no SISCOMEX, o local do desembaraço aduaneiro e do desembarque e as informações relativas ao representante legal ou procurador.

Feitos os preenchimentos, clicar em *Gera Guia*, onde aparecerá a tela abaixo.

**Controle de Importações - Windows Internet Explorer**

http://www.fazenda.sp.gov.br

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Controle de Importações

**Geração de Guia de Liberação**

**Importador**

Nome: Importador Teste  
CNPJ: 1122233000157  
Endereço: Rua Teste  
Bairro/Distrito: vm Município: São Paulo  
CEP: 01234567 UF: SP (DDD)Telefone: (11)12341234  
DI: 0712345678 Data: 01/06/2007

**PRODUTOS SEM RECOLHIMENTO DE ICMS**

Solicitamos o desembaraço das mercadorias ou bens abaixo descritas, sem a comprovação do recolhimento do ICMS. Estamos cientes de que o tratamento tributário está sujeito a reexame e confirmação, inclusive, nos casos em que a legislação exigir a instauração de processo regular, a vista de requerimento do importador.

**Adição**

Nº Adição: 1 (digite só números)  
Class. Tarifária: 19012000 (digite só números)  
Valor (VMCV) R\$: 6,98  
Trat. Tributário: Isenção  
Fundamentação Específica: Trigo - Anexo 1 - art. 121  
Fundamento Legal (Lei, Lei Complementar, Convênio, Decreto, Processo, Ato Concessório, etc):  
Teste

Início Voltar Gravar Adição Gera Guia

**Tela 34 – Guia para Liberação - Informações das adições – Modo Declaratório**

A tela 34 solicita que o importador indique os motivos pelos quais a adição, por exemplo, a 001 não terá recolhimento do ICMS até o momento do desembaraço aduaneiro, ou seja, indique o tratamento tributário, a fundamentação específica e o fundamento legal para a respectiva adição.

Feitos os preenchimentos, o importador pode clicar em *Gravar Adição*, onde aparecerá a tela 35.

**Control de Importações - Windows Internet Explorer**

http://www.fazenda.sp.gov.br

**Geração de Guia de Liberação**

**Importador:**

Nome: Importador Teste  
 CNPJ: 1122333000167 IE: 123456789123  
 Endereço: Rua Teste  
 Bairro/Distrito: vim Município: São Paulo  
 CEP: 0123456789-SP (DDD)Telefone: (11)12341234  
 DS: 0712245678 Data: 01/06/2007

**PRODUTOS SEM RECOLHIMENTO DE ICMS**

Solicitamos o desembaraço das mercadorias ou bens abaixo descritos, sem a comprovação do recolhimento do ICMS. Estamos certos de que o tratamento tributário está sujeito a exame e confirmação, inclusive, nos casos em que a legislação exigir a instauração de processo regular, a vista de requerimento do importador.

Adição	Classe Tarifária	Valor (VMCV) R\$	Trat.Tributário
001	19012000	6,98	Isenção

**Adição**

Nº Adição: ( ) (numeros)  
 Class. Tarifária: ( ) (se)  
 Valor (VMCV) R\$:   
 Trat.Tributário:   
 Descrição:   
 Fundamentação Específica:   
 Fundamento Legal (Lei, Lei Complementar, Convênio, Decreto, Processo, Atto Concessório, etc):   
☐   
☐

**Botões:** Início Voltar Gravar Adição Gera Guia

**Tela 35 – Guia para Liberação - Informações das adições – Modo Declaratório**

Na tela 35, o importador poderá inserir dados das outras adições a serem exoneradas.

Ao final, depois de inserir no sistema todas as adições exoneradas até o momento do desembaraço aduaneiro, clicar em *Gera Guia*, onde aparecerá a tela 36 ou 38.

**Control de Importações - Windows Internet Explorer**

http://www.fazenda.sp.gov.br

**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria da Fazenda**

**Importação**

**Geração de Guia de Liberação**

Sr(a). Importador(a), favor selecionar uma das opções abaixo para obtenção do visto na Guia de liberação.

Neste momento, o Visto Eletrônico não está disponível. Você pode optar por:

a) Aguardar alguns instantes para gerar o Visto Eletrônico. Neste caso clique em **Obter Visto Eletrônico mais tarde** e tente novamente depois; ou

b) Gerar Guia agora para visto no Posto Fiscal. Neste caso, clique na opção **Visto no Posto Fiscal**.

**Portaria CAT 35/2001:**  
 Horário de atendimento dos Postos fiscais:  
 Segunda à Sexta-feira  
 Capital e Grande SP: 09h às 16h30min  
 Demais localidades: 09h às 16h

**Botões:** Obter Visto Eletrônico mais tarde Sair Visto no Posto Fiscal

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo  
 Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP - CEP 01017-911 - PABX (11)3243-3400

**Tela 36 – Guia para Liberação – Visto eletrônico – Modo Declaratório**

Control de Importações - Windows Internet Explorer

http://www.fazenda.sp.gov.br

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Control de Importações

1 - VISTO ELETRÔNICO DO FISCAL

2 - VISTO ELETRÔNICO DO FISCAL

Com visto eletrônico automático

Com visto eletrônico automático

Concluído

Iniciar

Caixa de...

09082007

Sefaznet...

Control...

apresent...

Documen...

09:35

**Tela 37 - Guia para Liberação – Formulário com visto eletrônico automático – Modo Declaratório**

Control de Importações - Windows Internet Explorer

http://www.fazenda.sp.gov.br

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Control de Importações

1 - VISTO ELETRÔNICO DO FISCAL

2 - VISTO ELETRÔNICO DO FISCAL

Sem visto eletrônico automático

Sem visto eletrônico automático

Concluído

Iniciar

Caixa...

Manu...

Sefaz...

Contr...

Manu...

apree...

Telas...

09:39

**Tela 38– Guia para Liberação - Formulário sem visto eletrônico automático – Modo Declaratório**

Conforme as informações da(s) adição(ões) inseridas pelo importador anteriormente, o sistema verifica se existe a possibilidade ou não de conceder

um visto eletrônico automático conforme previsto no artigo 8º, §§ 5º a 7º da Portaria CAT 59/2007.

No entanto, este visto eletrônico automático somente pode ser obtido com as informações da DI disponibilizadas pela RFB e analisadas pelo sistema de controle de importação da SEFAZ-SP.

Desta forma, se o importador preencher as informações no sistema no modo declaratório (conforme explicado ao longo deste capítulo), ou seja, sem que a RFB tenha enviado as informações da DI, será indicado ao importador que o Visto Eletrônico ainda não está disponível, conforme a tela 36.

O importador, então, terá duas opções (tela 36):

- a- Aguardar alguns instantes para obter o Visto Eletrônico. Neste caso clicar em **Obter Visto Eletrônico mais tarde**; ou
- b- Gerar Guia para obter o visto no Posto Fiscal. Neste caso, clicar na opção **Visto no Posto Fiscal**.

Caso o importador escolha opção (a), posteriormente, deverá acessar novamente o sistema e tentar gerar a Guia para Liberação com o visto eletrônico. Não será necessário inserir os dados da DI novamente.

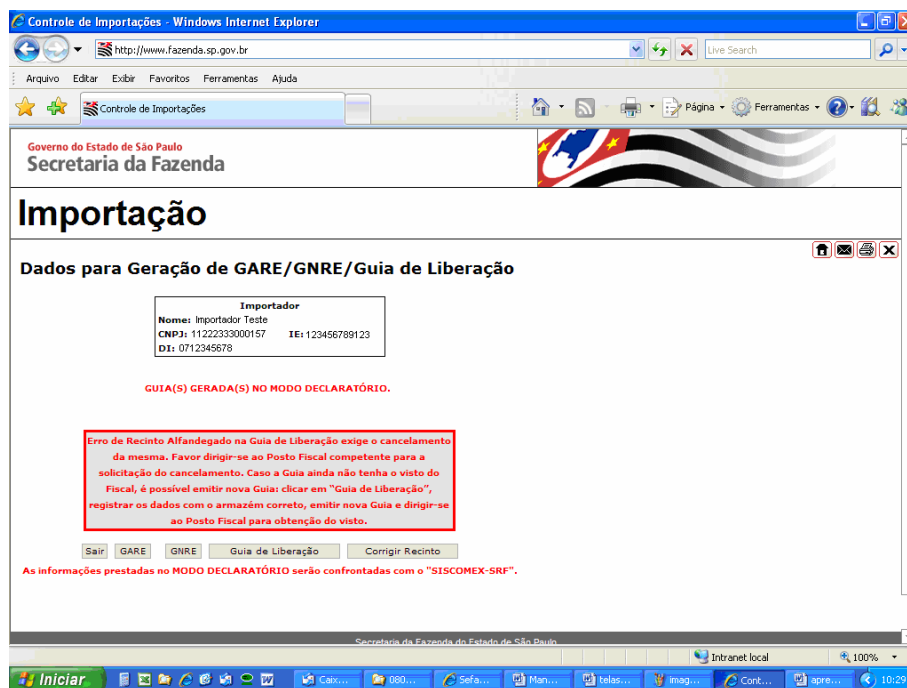
Quando as informações da DI provenientes da RFB forem analisadas pela Secretaria da Fazenda e for possível a concessão do visto eletrônico, o formulário da Guia para Liberação terá o formato conforme a tela 37 acima e o importador pode dirigir-se ao recinto alfandegado para a retirada da mercadoria.

Caso o importador escolha opção (b), será gerada a Guia para Liberação conforme a tela 38.

Observamos ainda que, conforme as informações da(s) adição(ões) inseridas pelo importador anteriormente, se o sistema verificar que ao menos uma das adições não tem a possibilidade de ter o visto eletrônico, ao clicar em *Gerar*

Guia na tela 35, aparecerá diretamente a tela 38 (Guia para Liberação sem visto eletrônico).

O importador poderá, se necessário, alterar o recinto alfandegado antes da retirada da mercadoria (tela 31) na opção de Corrigir Recinto'. Pressionando neste ícone, aparecerá a tela 39:



**Tela 39– Guia para Liberação – Alterar Recinto Alfandegado – Modo Declaratório**

Note que, em relação à tela 31, a tela 39 traz o aviso em quadro de borda vermelha. Assim, se a Guia para Liberação não foi vistada pelo Posto Fiscal, é possível corrigir o recinto alfandegado seguindo as instruções trazidas por este quadro.

Caso contrário, se a Guia para Liberação foi vistada pelo Posto Fiscal (visto eletrônico não é concedido pelo Posto Fiscal), será necessário proceder ao cancelamento da Guia para Liberação, nos termos do artigo 15 da Portaria CAT 59/2007.

## **7. Contato com a SEFAZ-SP**

O presente roteiro buscou expor de maneira objetiva os procedimentos relacionados à importação de mercadoria ou bem do exterior.

Tais procedimentos são regulados pela Portaria CAT 59/2007.

E em caso de esclarecimentos adicionais, o importador poderá procurar o Posto Fiscal, conforme o disposto no capítulo 4.